

INST.FED.DE EDUC.TEC BAHIA/CAMPUS EUNÁPOLIS

Edital 3/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
3/2026	158410-INST.FED.DE EDUC.TEC BAHIA/CAMPUS EUNÁPOLIS	JANUBIA DA CRUZ ROCHA ARAGAO	12/06/2026 18:10 (v 0.9)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		23291.000787/2025-43

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

90009/2025

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA - CAMPUS EUNÁPOLIS

(158410)

OBJETO

O objeto da presente licitação é Registro de Preços para eventual aquisição de bens permanentes e de consumo (mobiliário, equipamentos e utensílios de cozinha), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 466.531,43 (quatrocentos e sessenta e seis mil quinhentos e trinta e um reais e quarenta e três centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 07/07/2026 às 09h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

Menor preço por item

Modo de disputa:

Aberto e fechado

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA - CAMPUS EUNÁPOLIS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2025

Processo Administrativo nº 23291.000787/2025-43

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA, CNPJ 10.764.307/0010-03, por meio do(a) Coordenação de Compras e Licitações (CCL, sediado(a) DAVID JONAS FADINI, SN, bairro ROSA NETO, na cidade de EUNAPOLIS/BA , CEP 45820970, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço , Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da Sessão Pública: 07/07/2026

Hora Inicial : 09:00

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Registro de Preços para eventual aquisição de bens permanentes e de consumo (mobiliário, equipamentos e utensílios de cozinha) para atender às necessidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA, Campus Eunápolis. conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em 94 (noventa e quatro) itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. *Para os 94 itens, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.*

3.7. *A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

- 3.8. *Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.*
- 3.9. Não poderão disputar esta licitação:
- 3.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 3.9.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 3.9.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.9.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.9.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.9.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.9.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1996, concorrendo entre si;
- 3.9.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.9.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.9.11. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4 e 3.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.14. O disposto nos itens 3.9.4 e 3.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.16. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. *O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.*

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.7. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3, 5.5 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.13. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário de cada item, expressos em moeda nacional;

6.1.2. marca;

6.1.3. fabricante;

6.1.4. Quantidade cotada

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS /PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

- 6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;
- 6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item[A1] .
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser conforme tabela apresentada abaixo:

Faixa de Valor Estimado (R\$)	Intervalo Mínimo (R\$)
de R\$ 0,01 a R\$ 20,00	R\$ 0,01
de R\$ 20,01 a R\$ 100,00	R\$ 0,10
de R\$ 100,01 a R\$ 1.000,00	R\$ 1,00
de R\$ 1.000,01 a R\$ 5.000,00	R\$ 10,00
a partir de R\$ 5.000,01	R\$ 50,00

- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11. No modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada.

7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.21.2. empresas brasileiras;

7.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.

8.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

8.10.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.11. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semiintegrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.12.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.12.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.12.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

- 8.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 8.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 8.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 8.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.1.1. . A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.
- 9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou eletronicamente nativos, sem prejuízo de posterior verificação de autenticidade pela Administração, caso necessário..
- 9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei .
- 9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.11. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.13.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.13.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.11.1

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:*

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. . A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://portal.ifba.edu.br/eunapolis/menu-ensino/licitacoes-e-contratos>.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. . salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.[A5]

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: compras-eunapolis@ifba.edu.br

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://portal.ifba.edu.br/eunapolis/menu-ensino/licitacoes-e-contratos>.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2. Anexo II – Minuta de Ata de Registro de Preços e seus anexos;

Eunápolis, Ba , 4 de junho de 2026

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Portaria nº 1.571 de 26 de março de 2024

FABIANA ZANELATO BERTOLDE

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 12/06/2026 às 18:10:20.

Termo de Referência 19/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
19/2026	158410-INST.FED.DE EDUC.TEC BAHIA/CAMPUS EUNÁPOLIS	JESSYCA FRAGA VIEIRA	27/05/2026 20:49 (v 0.7)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		23291.000787/2025-43

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 23291.000787/2025-43)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. **Aquisição de equipamentos, móveis e utensílios** do Instituto Federal da Bahia - Campus Eunápolis, demandados pelo Departamento Pedagógico e de Assistência ao Estudante, Gerência de Tecnologia da Informação, Nutrição, Arquivo, Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado, Diretoria Acadêmica e Direção Geral, tais quais móveis e equipamentos, em geral e utensílios de cozinha nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Cadeira Empilhável; Cor: Branca; Material: Plástico; Tipo: Com braço. Suporta até 150Kg.	630233	UND	200	R\$ 52,85	R\$ 10.570,00
2	Escada Extensível de Alumínio Escada extensível de alumínio com 8 degraus; Possui sapatas antiderrapantes; Contém trava de segurança; Altura máxima de 4.21 metros; Suporta até 150kg.	326738	UND	1	R\$ 535,59	R\$ 535,59
3	Detector de Fumaça Detector de fumaça (monóxido de carbono); Possui alarme sonoro; Alimentação por bateria 9V.	625191	UND	2	R\$ 144,00	R\$ 288,00
4	Alarme de incêndio, detector de fumaça. Terminais de aço inox (anticorrosivo); Alimentação por bateria 9V.	625191	UND	3	R\$ 144,00	R\$ 432,00
5	Rack de rede - padrão 19" 5u desmontável (laterais e frente) Porta com acrílico; Possui aletas de ventilação laterais; Possui travamento por chave; Tratamento do material com anti-corrosivos e desengraxantes; Pintura eletrostática; Permite a instalação de equipamentos com "porca gaiola" (possui planos de fixação); Dimensões (mm): 285 x 550 x 370	309004	UND	10	R\$ 340,00	R\$ 3.400,00
	Mesa de refeitório 6 lugares com bancos inteiriço fixo acoplado; Tampo da mesa					

6	produzido em MDP com 18mm revestido em melaminico BP; Bancos inteiriço em MDP 25mm. Acabamento da borda filetado 2mm. Estrutura em tubo de aço carbono com 1,20mm de parede com pintura epoxi na cor prata; Medidas: 1800mm largura x 800mm profundidade (tampo) x 1500mm profundidade (total banco a banco) x 750mm altura; Cor: Tampo Maple Bilbao e Estrutura com pintura epoxi Alumínio.	308401	UND	25	R\$ 2.000,00	R\$ 50.000,00
7	Cadeira Escritório Material Estrutura: Resina Termoplástica Injetada , Material Revestimento Assento E Encosto: Couro Ecológico/Tecido Sintético , Material Encosto: Polipropileno Telado , Material Assento: Compensado/Espuma Injetada , Tipo Base: Giratória Com 5 Rodízios Duplos , Tipo Encosto: Espaldar Alto C/ Apoio De Cabeça , Apoio Braço: Com Braços Reguláveis , Cor: Preta , Características Adicionais: Encosto De Cabeça E Suporte Lombar , Quantidade Pés: 5 UN, Dimensões Assento: 450 X 490 MM, Dimensões Encosto: 450 X 560 M	625040	UND	10	R\$ 1.000,00	R\$ 10.000,00
8	Placa de cortar Alimentos Placa para corte de alimentos, em polietileno, dimensões 10 x 250 x 400 mm. 100% atóxica. Cor branca.	423833	UND	6	R\$ 38,90	R\$ 233,40
9	Placa de cortar alimentos Placa para corte de alimentos, em polietileno, dimensões 10 x 250 x 400 mm. 100% atóxica. Cor verde.	423833	UND	6	R\$ 38,90	R\$ 233,40
10	Placa de cortar alimentos Placa para corte de alimentos, em polietileno, dimensões 10 x 250 x 400 mm. 100% atóxica. Cor vermelha.	423833	UND	2	R\$ 38,90	R\$ 77,80
11	Placa de cortar alimentos Placa para corte de alimentos, em polietileno, dimensões 10 x 250 x 400 mm. 100% atóxica. Cor amarela.	423833	UND	2	R\$ 38,90	R\$ 77,80
12	Bandeja plástica multiuso 12 litros Bandeja plástica, para alimentos, sem tampa, em PEAD, cor branca, capacidade para 12 litros, dimensões aproximadas: 53,2 cm (comprimento), 37,3 cm (largura) e 8,6 cm (altura).	420651	UND	8	R\$ 25,85	R\$ 206,80
13	Bacia plástica 40 litros Bacia plástica de alta resistência, material polipropileno, cores variadas, capacidade para 40 litros. Dimensões aproximadas: 60 cm x 22 cm.	292589	UND	4	R\$ 56,67	R\$ 226,68
14	Bacia plástica 15 litros Bacia plástica de alta resistência, material polipropileno, capacidade para 15 litros, cores variadas. Dimensões aproximadas: 40cm x 16cm.	320839	UND	4	R\$ 23,43	R\$ 93,72
15	Bacia plástica 5 litros Bacia plástica de alta resistência, material polipropileno, capacidade para 5 litros, cores variadas. Dimensões aproximadas: 32cm x 10,5 cm.	355097	UND	6	R\$ 13,26	R\$ 79,56
16	Bacia fosca de alumínio 60 Bacia fosca confeccionada em alumínio de alta qualidade para uso profissional em cozinhas industriais, número 60, capacidade de 21 litros, peso mínimo da bacia 980g. Dimensões aproximadas: 60cm x 60cm.	247709	UND	2	R\$ 118,47	R\$ 236,94
17	Jarra medidora 1 litro Jarra medidora, capacidade para 1 litro, material de plástico resistente (polipropileno PP) translúcido, livre de BPA. Suporta choques térmicos e armazenamento e/ou uso em geladeira/freezer, micro-ondas. Com escala graduada - 1 litro.	283809	UND	4	R\$ 19,15	R\$ 76,60
18	Jarra medidora 5 litros Jarra medidora, material de plástico resistente (polipropileno PP) translúcido, livre de BPA. Suporta choques térmicos e armazenamento e/ou uso em geladeira /freezer, micro-ondas. Com escala graduada - 5 litros.	426094	UND	4	R\$ 65,95	R\$ 263,80
19	Prato fundo escolar em aço inox 24 cm Prato fundo escolar, material aço inox, resistente, resistente à corrosão, fácil de limpar. Dimensões aproximadas: 24 cm de diâmetro.	357168	UND	600	R\$ 11,00	R\$ 6.600,00
20	Copo escolar em aço inox 200ml. Copo em aço inox, resistente, capacidade de 200ml, dimensões aproximadas 10cm (altura) x 7cm (diâmetro da borda) x 4cm (diâmetro da base).	422019	UND	600	R\$ 6,00	R\$ 3.600,00
	Cumbuca/tigela 400ml					

21	Cumbuca (tigela) de material de plástico resistente (polipropileno PP) livre de BPA. Suporta choques térmicos e armazenamento e/ou uso em geladeira /freezer, micro-ondas. Capacidade 400ml, dimensões aproximadas 12cm x 7cm, cores claras (creme/bege) ou tons pastel.	619729	UND	600	R\$ 6,30	R\$ 3.780,00
22	Descascador de legumes manual Descascador de legumes inox, lâminas em aço inox, estrutura em ABS, cabo revestido em silicone. Dimensões aproximadas: comprimento 155 mm, largura 90 mm, altura 30 mm.	443912	UND	20	R\$ 16,10	R\$ 322,00
23	Caixa plástica com tampa para frigorífico/pescado 20 litros Caixa plástica para frigorífico e pescado, em polietileno de alta densidade (PEAD), com tampa, volume 20 litros. Dimensões externas aproximadas: 46,6 cm de comprimento x 32,3 cm de largura x 17,9 cm de altura. Cor branco translúcido.	438009	UND	20	R\$ 70,50	R\$ 1.410,00
24	Caixa plástica com tampa para frigorífico/pescado 10 litros Caixa plástica para frigorífico e pescado, em polietileno de alta densidade (PEAD), com tampa, volume 10 litros. Dimensões externas aproximadas: 41,1 cm de comprimento x 29,1 cm de largura x 13 cm de altura. Cor branco translúcido.	338807	UND	20	R\$ 42,99	R\$ 859,80
25	Organizador baixo 13,5 litros Organizador baixo, capacidade para 13,5 litros, retangular, com tampa e travas para vedação. Dimensões aproximadas: 425 x 305 x 144 mm. Cor branco translúcido.	440730	UND	4	R\$ 46,89	R\$ 187,56
26	Organizador alto 36 litros Organizador alto, capacidade para 36 litros, com tampa e travas para vedação. Dimensões aproximadas: 487 x 331 x 336 mm. Cor branco translúcido.	367186	UND	6	R\$ 65,23	R\$ 391,38
27	Organizador baixo 48 litros Organizador baixo, capacidade para 48 litros, retangular, com tampa e travas para vedação. Dimensões aproximadas: 631 x 441 x 156 mm. Cor branco translúcido.	444901	UND	6	R\$ 123,91	R\$ 743,46
28	Coador de café industrial extra grande Nº 5 Coador de café industrial em flanela, haste revestida de madeira, aro aproximado de 21cm.	380418	UND	15	R\$ 14,95	R\$ 224,25
29	Panela de pressão 10 litros Panela de pressão profissional, confeccionada em alumínio, polida por fora e lixada por dentro, capacidade de 10 litros, modelo com duas travas laterais com válvula de escape de pressão, válvula reguladora de pressão, duas válvulas de segurança repetitiva e anel de vedação em silicone. Dimensões: 30cm x 15cm. Panela deve atender às exigências de segurança do INMETRO.	421715	UND	3	R\$ 488,13	R\$ 1.464,39
30	Caçarola industrial Nº 60 alumínio grosso com tampa Caçarola com tampa, confeccionada em alumínio grosso polido, linha hotel industrial profissional 60cm (capacidade de 73 litros). Dimensões: 64cm de largura, 33cm de altura e 60cm de diâmetro.	319838	UND	4	R\$ 513,50	R\$ 2.054,00
31	Caçarola industrial Nº 40 alumínio grosso com tampa Caçarola com tampa, confeccionada em alumínio grosso polido, linha hotel industrial profissional 40cm (capacidade de 23 litros). Dimensões: 40cm de largura, 19cm de altura e 40cm de diâmetro.	473408	UND	2	R\$ 289,00	R\$ 578,00
32	Escorredor industrial de macarrão/arroz Nº 50 Escorredor industrial de macarrão e/ou arroz, material confeccionado em alumínio grosso polido, linha hotel industrial profissional 50cm (capacidade de 21 litros). Dimensões: 50cm de largura, 25cm de profundidade.	299547	UND	2	R\$ 208,99	R\$ 417,98
33	Escorredor industrial de macarrão/arroz Nº 35 Descrição detalhada: escorredor industrial de macarrão e/ou arroz, material confeccionado em alumínio grosso polido, linha hotel industrial profissional 35cm (capacidade de 8,5 litros). Dimensões: 35cm de largura, 19cm de profundidade.	318684	UND	2	R\$ 140,60	R\$ 281,20
34	Peneira coador chinoy profissional 31 cm Peneira passador coador chinoy profissional, estrutura e malha confeccionadas em aço inox, furos de 2mm. Dimensões: 31cm (borda) x 26cm (altura) x 3,5cm (diâmetro do fundo).	464985	UND	3	R\$ 240,45	R\$ 721,35
35	Frigideira industrial teflon Nº 45 Frigideira antiaderente profissional, grande, para uso em escala industrial, Nº 45	441363	UND	4	R\$ 171,50	R\$

	(capacidade de 9,5 litros) com revestimento interno em teflon reforçado, cabo de baquelite, peso mínimo da frigideira: 1,5kg. Dimensões: 45cm (diâmetro) x 7cm (altura)					686,00
36	Faca chef profissional 10" Faca com lâmina em aço inoxidável, tamanho 10 polegadas, cabo de polipropileno texturizado, material rígido, leve e resistente a produtos químicos.. Faca profissional com lâmina multifuncional ideal que pode ser utilizada para fatiar, picar e cortar alimentos. Dimensões aproximadas: 36,7cm x 5,8cm x 2,2 cm. Peso médio 170g	431290	UND	4	R\$ 116,10	R\$ 464,40
37	Faca chef profissional 8" Faca com lâmina em aço inoxidável, tamanho 8 polegadas, cabo de polipropileno texturizado, material rígido, leve e resistente a produtos químicos. Faca profissional com lâmina multifuncional ideal que pode ser utilizada para fatiar, picar e cortar alimentos. Dimensões aproximadas: 32,5 cm x 4,4cm x 2cm	357200	UND	6	R\$ 73,00	R\$ 438,00
38	Faca chef profissional 6" Faca com lâmina em aço inoxidável, tamanho 6 polegadas, cabo de polipropileno texturizado, material rígido, leve e resistente a produtos químicos. Faca profissional com lâmina multifuncional ideal que pode ser utilizada para fatiar, picar e cortar alimentos. Dimensões: 27,2cm x 4,6cm x 2 cm	282595	UND	6	R\$ 100,00	R\$ 600,00
39	Pote hermético 3 litros Com fechamento hermético e vedação em silicone, material polipropileno, formato retangular, transparente, livre de BPA, capacidade 3l, altura 10,30cm, largura 18,30cm, comprimento 27,20cm, peso mínimo: 300g	443879	UND	6	R\$ 19,98	R\$ 119,88
40	Pote hermético 8 litros Pote hermético retangular de 8l (capacidade de 5kg), material plástico, polipropileno, livre de BPA, transparente com tampa de vedação hermética, pote resistente e empilhável. Dimensões: 20,5cm (comprimento) x 20,5cm (largura) x 25,5cm (altura), peso mínimo: 500g. Compacto, ideal para otimizar espaço, material plástico de alta qualidade, indicado para armazenar alimentos	471269	UND	10	R\$ 54,88	R\$ 548,80
41	Saco para congelar alimentos Saco plástico para congelamento de alimentos, polietileno (PE) de alta densidade e espessura reforçada para suportar baixas temperaturas sem trincar, enrijecer ou rasgar, resistente a rasgos e perfurações, livre de BPA, indicado para contato com alimentos. Dimensões 40cm x 60cm, espessura 0,15mm. Pacote com 1kg	373327	KG	2	R\$ 32,64	R\$ 65,28
42	Colher de sopa em aço inox Colher de mesa toda em aço inox (18/10), bordas delicadamente arredondadas, curvatura da concha moderada em profundidade suficiente para conter líquidos sem derramas (aproximadamente 15ml). Dimensões aproximadas: 19cm (comprimento) x 4,5cm (largura da concha) x 5,5cm (comprimento da concha), espessura média do corpo 2mm, peso médio de 50g. Apresentação em conjuntos de 12 unidades	619881	UND	600	R\$ 2,44	R\$ 1.464,00
43	Garfo de mesa em aço inox Garfo de mesa todo em aço inox (18/10), com dentes polidos na parte interna e bordas arredondadas, dimensões aproximadas: 20,2cm (comprimento) x 2,6cm (largura), peso 67g. Apresentação em conjunto de 12 unidades	437873	UND	600	R\$ 2,35	R\$ 1.410,00
44	Guardanapos de papel 24cm x 22cm Material 100% celulose, folha simples, branco. Dimensões aproximadas: 24cm x 22cm. Apresentação em fardos de 20 pacotes com 50 unidades.	396052	CAIXA (1000 UND)	5	R\$ 76,20	R\$ 381,00
45	Papel manteiga (folhas) 50cm x 70cm Papel Manteiga 50cmx70cm, o papel manteiga 50cmx70cm deve ser forneável, indicado para cozinhar e confeitaria, com uma gramagem de 35g. Apresentação: pacote com 400 folhas.	266558	PACOTE (400 UND)	2	R\$ 130,00	R\$ 260,00
46	Assadeira compatível com forno ProGás Esteira compatível com o Forno Turbo Industrial a gás ProGás PRP-8000 ST G2. Esteira Canaleta Perfurada 5 tiras, própria para a fabricação de pão francês, estrutura em arco, aço carbono (ferro), esteiras de tiras em alumínio perfurada, 5 tiras de 9cm alumínio para pães de 100g, medida total: 58cm x 70cm	465490	UND	8	R\$ 104,00	R\$ 832,00
47	Assadeira 47cm x 32cm Assadeira retangular alta Nº 5, de alumínio, medidas: 47cm x 32cm x 6cm, espessura de 3mm, capacidade média de 8 litros	628905	UND	7	R\$ 144,72	R\$ 1.013,04
	Cortador/picador de legumes grande com cavalete/tripé Cortador/picador de legumes grande, de uso industrial/profissional, manual,					

48	reforçado, com suporte de chão tipo cavalete/tripé. Corpo e cabo confeccionados em alumínio fundido, basculante de alumínio fundido, facas /lâminas de aço inox (10x10cm; espessura do corte 10mm), pintura eletrostática. Dimensões aproximadas: altura total 113 cm (37cm da base e 76cm do cavalete /tripé); largura 36cm; profundidade 53cm; Peso líquido: 3,6kg	465888	UND	4	R\$ 220,00	R\$ 880,00
49	Cortador/picador de legumes com suporte de mesa Cortador/picador de legumes de uso industrial/profissional, manual, reforçado, com suporte de mesa. Corpo e cabo confeccionados em alumínio fundido, basculante de alumínio fundido, facas/lâminas de aço inox (10x10cm; espessura do corte 10mm), pintura eletrostática. Dimensões aproximadas: largura 18cm x altura 38cm x comprimento 26cm. Peso líquido 1,7kg	450918	UND	4	R\$ 191,32	R\$ 765,28
50	Faca de mesa em aço inox Faca indicada para mesa, toda em material de aço inox (18/10), borda da faca arredondada (sem ponta afiada, lâmina sem serra, dimensões aproximadas: 20cm (comprimento) x 9 cm (comprimento da lâmina) x 11cm (comprimento do cabo), x 2,1cm (largura da lâmina) e espessura mínima de 2mm, peso aproximado da unidade: 60g. Apresentação em conjuntos de 12 unidades	270149	PACOTE (12 UND)	25	R\$ 47,90	R\$ 1.197,50
51	Pá remo cabo inox 120cm Pá remo com cabo inox, fabricado em plástico (poliamida) atóxico, impermeável, resistente a temperaturas de 130°C, de fácil higienização e alta durabilidade. Dimensões: 120cm; peso mínimo do produto 600	373588	UND	4	R\$ 138,00	R\$ 552,00
52	Pá remo cabo inox 60cm Pá remo com cabo inox, fabricado em plástico (poliamida) atóxico, impermeável, resistente a temperaturas de 130°C, de fácil higienização e alta durabilidade. Dimensões: 60cm; peso mínimo do produto 300	355673	UND	4	R\$ 99,00	R\$ 396,00
53	Canecão leiteira grande hotel Nº 22 Canecão leiteira de uso em cozinha industrial, confeccionada com alumínio reforçado de alta qualidade, polido, Nº 22 (capacidade 8 litros), cabo em madeira. Dimensões aproximadas: 22cm (diâmetro) x 20cm (altura)	286984	UND	6	R\$ 96,99	R\$ 581,94
54	Botijão galão térmico 5L com torneira Botijão galão térmico com torneira, confeccionado em plástico livre de BPA, revestimento interno com isolamento térmico em poliuretano, contendo abertura superior de rosquear grande (diâmetro de 11cm), pés dobráveis e alça, capacidade de 5 litros. Tempo de conservação de 6 a 8 horas. Dimensões: Medidas com Pé: 28,5cm x 25cm/ Medidas sem Pé: 23cm x 25cm	429429	UND	2	R\$ 190,50	R\$ 381,00
55	Botijão galão térmico 10L com torneira Botijão galão térmico com torneira, confeccionado em plástico livre de BPA, revestimento interno com isolamento térmico em poliuretano, contendo abertura superior de rosquear grande (diâmetro de 11cm), pés dobráveis e alça, capacidade de 10 litros. Tempo de conservação de 6 a 8 horas. Dimensões com Pé: 42cm; sem pé 37 cm	278026	UND	3	R\$ 129,35	R\$ 388,05
56	Filtro industrial Polifil 300 Ef 230, ou equivalente, completo. Elemento filtrante para purificador de água polifil 300, ou equivalente, refil composto por polipropileno e carvão ativado com prata coloidal. Possui tripla filtragem, retenção de particulado classe III (classificação INMETRO), retenção de cloro classe I (classificação INMETRO), possui controle microbiológico, vida útil nominal de 5000 L, vazão máxima de 360 l/h. Dimensão aproximada: 72 x 230 mm	628005	UND	2	R\$ 158,51	R\$ 317,02
57	Refil do elemento filtrante Polifil Ef 230 ou equivalente compatível com item 56 Refil para o filtro de água EF 230, composto de polipropileno e carvão ativado com prata coloidal destinado à filtragem de água, ideal para uso em máquinas de café, suco. Retenção de particulado (classificação INMETRO): Classe III (partículas de 5 a 15um) Retenção de Cloro (classificação INMETRO): Classe I (Retém mais de 75% do cloro presente na água); Controle microbiológico: Sim; Características Modelo: 230 EF. Tipo de dispositivo: Filtro. Aprovado pelo INMETRO: de acordo com a Norma 14908 da ABNT. Vazão máxima: 360 litros /hora. Vida útil nominal: 5000 L (troca de refil recomendada a cada 6 meses) compatível com filtro industrial Polifil 300 Ef 23	625436	UND	8	R\$ 81,50	R\$ 652,00
58	Anel de vedação/borracha para panela de pressão 10 litros Anel de vedação para panela de pressão, em silicone que não resseca, compatível com panelas de pressão de 10 litros e certificado pelo INMETRO	628087	UND	3	R\$ 56,00	R\$ 168,00

59	Espátula curva profissional em aço inox Espátula curva profissional gourmet confeccionada em aço inox, cabo de de polipropileno, de uso profissional/industrial, utilizada para corte de massas, bolos. Dimensões aproximadas: 26cm x 6cm x 2cm	328792	UND	2	R\$ 47,99	R\$ 95,98
60	Espátula pão duro de silicone com cabo em aço inox 30cm Espátula pão duro com base de silicone e cabo confeccionado em aço inox, de uso profissional/industrial. Dimensões aproximadas: 30cm (comprimento) x 6cm (largura)	623408	UND	6	R\$ 43,39	R\$ 260,34
61	Bobina plástico filme PVC esticável 38cm x 500m Bobina de plástico PVC esticável, espessura de 0,12micra, amarelo transparente. Atóxico e inodoro, possui transparência e brilho, resistente à perfuração e indicado para embalar e proteger alimentos. Suporta temperaturas de -10°C a 70°C. Dimensões aproximadas: 500m (comprimento) x 38cm (largura)	612766	UND	2	R\$ 237,01	R\$ 474,02
62	Balança eletrônica digital alta precisão Balança eletrônica, digital, alta precisão, com certificação do INMETRO, completa, capacidade para pesagem de até 30 kg, bivolt (110/220v), bateria recarregável, teclado 24 teclas, display LCD com iluminação, dimensões aproximadas: 23 x 34,5 x 10,5 cm. Prato em aço inoxidável. Acompanha 1 balança, 1 fonte AC/DC bivolt e manual.	261903	UND	1	R\$ 662,50	R\$ 662,50
63	Fogão industrial 8 queimadores duplos 40 x 40cm em aço inox Fogão industrial estrutura em aço inox 430, 8 queimadores duplos, com grelha 40 x 40 cm (grelha de 8 pontas) e mesa com perfil de 100 mm sem emendas. Equipamento com certificação do INMETRO. Grelhas da mesa e queimadores em ferro fundido. Estrutura em aço inox escovado. Acompanha bandeja coletora de resíduos. Tubulação em alumínio escovado, registros do tipo borboleta em latão cromado. Fogão a gás baixa pressão (GLP). Dimensões: 194cm (comprimento) x 116cm (largura) x 83cm (altura)	436956	UND	1	R\$ 4.706,05	R\$ 4.706,05
64	Liquidificador industrial basculante 25 litros Liquidificador basculante certificado pelo INMETRO composto por copo MONOBLOCO, sem solda, em aço inox, com capacidade real de 25 litros. O copo MONOBLOCO proporciona alto rendimento de processamento (mais rápido). A ausência de solda e por consequência de frestas no interior do copo, não permite o acúmulo de resíduos de alimentos. Tampa de borracha atóxica, com encaixe justo ao copo, não permitindo vazamento de líquido durante o processamento e com visor/dosador possibilitando acompanhar visualmente o processamento e adicionar ingredientes durante a execução da receita. Motor monofásico, potência do motor 1,5 HP-CV, potência nominal 1550w – 60 hz, 3500 rpm, tensão única (220v), protegido contra líquidos por gabinete de aço. Cavalete robusto em aço carbono com pintura a pó de alta resistência. Copo com anteparo em aço inox, não permitindo o contato das mãos com as lâminas. Sistema de segurança com anteparo de copo para impedir acesso acidental à lâmina de corte e sistema de monitoramento que desliga o motor automaticamente ao abrir a tampa. Dimensões do equipamento (AxLxP): 1.175 x 390 x 525 mm. Peso líquido do equipamento: 24,5 kg.	481373	UND	1	R\$ 2.726,30	R\$ 2.726,30
65	Liquidificador industrial 10 litros Liquidificador certificado pelo INMETRO composto por base e copo em aço inoxidável, acoplamento metálico com eixo sextavado, motor de indução de 0,5 CV, rotação de 3.500 rpm, com volume máximo de 10 litros. Dimensões (AxLxP): 780 x 340 x 330 mm; peso líquido do equipamento 10,15kg. Tampa de borracha atóxica, com encaixe justo ao copo, não permitindo vazamento de líquido durante o processamento e com dosador para adição de ingredientes durante o preparo. Tensão única (220v). Sistema de segurança com anteparo de copo para impedir acesso acidental à lâmina de corte e sistema de monitoramento que desliga o motor automaticamente ao abrir a tampa.	449465	UND	2	R\$ 1.090,93	R\$ 2.181,86
66	Liquidificador industrial 6 litros Liquidificador certificado pelo INMETRO composto por base e copo em aço inoxidável, acoplamento metálico com eixo sextavado, motor de indução de 0,5 CV, rotação de 3.500 rpm, com volume máximo de 6 litros. Dimensões (AxLxP): 720 x 310 x 300 mm; peso líquido do equipamento 9,85kg. Tampa de borracha atóxica, com encaixe justo ao copo, não permitindo vazamento de líquido durante o processamento e com dosador para adição de ingredientes durante o preparo. Tensão única (220v). Sistema de segurança com anteparo de copo para impedir acesso acidental à lâmina de corte e sistema de monitoramento que desliga o motor automaticamente ao abrir a tampa.	272867	UND	2	R\$ 850,00	R\$ 1.700,00

67	<p>Pass through térmico</p> <p>Pass through aquecido vertical, com controle digital de temperatura, com certificação do INMETRO, dimensões aproximadas: 70x80x200cm (+55°C/+75°C) 220V, 02 portas cegas, Capacidade para 16 GN's 1/1 - 100/150mm ou 30 GN's 1/1 - 65mm; confeccionado em estrutura de aço, com revestimento interno e externo em aço inoxidável e isolado com lã de rocha (laterais, teto e fundo) resistentes à água e umidade. Corpo externo em aço inoxidável; Corpo interno em aço inoxidável; Isolamento térmico em lã de rocha; Porta em aço inoxidável, inteiriças equipadas com sistema de fechamento magnético e puxadores laterais em poliamida 6.0 (nylon); Dobradiças em aço inoxidável; Cantoneiras removíveis com alturas ajustáveis para receber recipiente gn 1/1 gastronorm; Grades; Aquecimento por resistências elétricas blindadas laterais; Gaveta umidificadora removível; Bandeja coletora removível inferior para armazenamento de líquidos.</p>	615156	UND	1	R\$ 7.740,00	R\$ 7.740,00
68	<p>Pass through refrigerado</p> <p>Pass through refrigerado para conservação e estocagem de alimentos prontos; com certificação do INMETRO, Controlador eletrônico com indicador de temperatura; Revestimento interno inox 304; 6 níveis grades em aço inox 430, reguláveis; Revestimento interno em aço inox 430; Portas com travamento; Rodízios com travas; Capacidade de 12 GN's grandes de 530x325x150 mm ou 24 GN's 1/1 65mm; Voltagem: 220V; Temperatura: 0°C a +7°C; Peso do produto: 162Kg. Dimensões externas (CxAxL): 72x204,5x93,5cm.</p>	615157	UND	1	R\$ 9.365,96	R\$ 9.365,96
69	<p>Freezer/refrigerador vertical</p> <p>Freezer/refrigerador vertical, com certificação do INMETRO, tripla ação (freezer, conservador e refrigerador), com visor frontal, prateleiras aramadas em 3 níveis reguláveis e com controle de temperatura no termostato variando na função freezer (-18°C a -22°C) ou refrigerador (2°C a 8 °C), fechamento automático, com pés reguláveis. Voltagem 220V.</p>	624524	UND	3	R\$ 5.498,33	R\$ 16.494,99
70	<p>Armário em aço inox</p> <p>Armário em aço inox, com prateleira interna, porta de correr, para fixar em paredes com bucha de 10, sem fundo (o fundo é a própria parede). Dimensões aproximadas: 1,00 x 0,50 x 0,50 m.</p>	622640	UND	2	R\$ 4.099,25	R\$ 8.198,50
71	<p>Estante inox 4 planos</p> <p>Estante em aço inox AISI 304, com 4 prateleiras gradeadas, capacidade de aproximadamente 120 kg por prateleira, pés ajustáveis. Qualidade de aço inox resistente a ambientes refrigerados como câmaras frias. Dimensões aproximadas: 2m de altura, 1m de comprimento e 50 cm de largura.</p>	614609	UND	10	R\$ 4.380,48	R\$ 43.804,80
72	<p>Prateleira aérea em aço inox lisa</p> <p>Prateleira aérea em aço inox escovado, superfície lisa, dimensões aproximadas: 9cm x 120cm x 31 cm (altura x comprimento x profundidade).</p>	239788	UND	3	R\$ 997,50	R\$ 2.992,50
73	<p>Armadilha luminosa lateral/parede 45m²</p> <p>Armadilha luminosa lateral, para ser fixada na parede, utilizada contra insetos fotossensíveis (moscas, mariposas, varejeiras e abelhas), dimensões 48 x 23,5 x 32,5 cm. Utilizada em ambientes internos. Área de cobertura 45 m². Contém 2 lâmpadas de 15 W, 1 refil adesivo tamanho grande (44 x 22 cm), pintura epóxi branca, 220 v.</p>	627654	UND	2	R\$ 615,91	R\$ 1.231,82
74	<p>Escorredor de copos em inox</p> <p>Escorredor de copos em aço inox, estilo prateleira, para ser instalado na parede, peso 5 kg, dimensões aproximadas: altura 40 cm, largura 100 cm e profundidade 30 cm.</p>	476415	UND	2	R\$ 474,05	R\$ 948,10
75	<p>Escorredor de pratos em inox</p> <p>Escorredor de pratos com rodízios, confeccionado em aço inox (incluindo bandeja coletora e cantoneiras), 4 andares, capacidade para aproximadamente 200 pratos, podendo também escorrer copos e talheres. Dimensões aproximadas: 88,5cm x 67cm x 129cm. Peso líquido: 20kg.</p>	485587	UND	2	R\$ 3.550,69	R\$ 7.101,38
76	<p>Rechaud de mesa 3 cubas GN ½ em aço inox</p> <p>Rechaud de mesa fabricado em aço inox, certificado pelo INMETRO, contendo 3 cubas gastronorms (cuba GN com capacidade de 6 litros cada) removíveis e com tampas individuais e com possibilidade de combinar cubas em tamanhos diferentes, sistema de aquecimento em banho-maria, termostato regulável 30°C a 120°C. Dimensões aproximadas: (A) 23cm x (L) 38cm x (C) 88cm; Cuba: (C) 26,5cm x (L) 32,5cm x (A) 15cm; Peso: 7,8 kg. Tensão 220V; Frequência: 50-60hz; Potência: 2.650W; Tomada: 20 Amperes com 3 pinos; Consumo: 1,9 kW /h; Resistência: 01 (uma).</p>	473232	UND	2	R\$ 2.047,80	R\$ 4.095,60

77	Estante para arquivo de aço com 6 prateleiras dupla	460829	UND	5	R\$ 1.791,00	R\$ 8.955,00
78	Arquivo deslizante com capacidade para armazenar 300 caixas de arquivo	618664	UND	1	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00
79	Mapoteca de aço com 10 gavetas para armazenar plantas de construção, mapas, jornais. Com capacidade para armazenar documento de tamanho: 87x119	623153	UND	1	R\$ 10.079,98	R\$ 10.079,98
80	Aparelho de ar-condicionado do tipo SPLIT. Capacidade de refrigeração de 9.000 BTUS. Possui tecnologia Inverter. Utiliza gás refrigerante R-32. Voltagem: 220V/380V	414749	UND	1	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00
81	Círculo Oitavado adulto colorido, composto por: 8 mesas trapézio coloridas, 8 cadeiras empilháveis e 01 mesa central oitavada branca. Cadeiras em polipropileno. Indicado acima de 11 anos. Modelo SC 057/SC 059/SC 804. Mesas: MDP 18mm revestido em laminado de alta pressão (fórmica). Assento e Encosto : Polipropileno colorido de alta resistência com orifícios de ventilação. Cores: Verde acqua, azul, amarelo, vermelho e branco. Estrutura : Tubo 7/8 nas mesas e cadeiras, tubo de aço 1.1/4 na mesa central. Pintura epóxi-pó branco. Medidas Mesa Trapézio: Tampo 665/385 x 400mm. Altura 760mm. Medidas Mesa Central: Tampo 900 x 965mm. Altura 760mm. Altura da Cadeira: Até o assento 460mm. Altura total 800mm. Diâmetro : 1650mm + espaço desejado para as cadeiras. Porta-Livros: Gradil abaixo do tampo em aço 4mm. Indicação: acima de 11 anos	622996	UND	4	R\$ 4.940,00	R\$ 19.760,00
82	Mesa de Desenho 4830PR com Prancheta 100x80cm e régua paralela de 100cm. Prancheta de fibra de madeira prensada de 18mm com as duas faces revestidas em melamina na cor gelo. Bordas revestidas em PVC. Dispensa a forração com plástico. Régua paralela de 100cm fabricada em acrílico cristal na espessura de 3,2mm. Roldanas em nylon. Trava que permite a fixação da régua em qualquer ponto do desenho	633012	UND	40	R\$ 929,54	R\$ 37.181,60
83	Cadeira secretária giratória sem braços, assento e encosto em espuma injetável D33, revestimento em tecido cor preta. Acabamento da estrutura: pintado. Características do assento: retangular estofado medidas de 38cm (profundidade) x 39cm (largura). Características do encosto: retangular estofado medidas 28cm(altura) x 37cm (largura). Características da base: com rodízios 50mm em Polipropileno. Características adicionais: material da estrutura em nylon, regulagem de altura com pistão à gás nas alturas 0,45 a 0,54 (medidas do chão ao assento), assento giratório. Peso máximo suportado: 110kg	351522	UND	40	R\$ 570,00	R\$ 22.800,00
84	Armário corta-fogo e antiexplosão medindo aproximadamente 2000x1000x450 fabricado e laminado com uma parede de 3mm de espessura em material de aço carbono com paredes duplas, com abertura na parte superior e na parte inferior com sistema corta chama, que funciona como respiros de ventilação para gases leves e pesados, parte exterior na cor vermelha com duas portas com trinco antifaiscante e embutido com 2 chaves, prateleiras a prova de vazamento ajustáveis, que podem ser retiradas para limpeza, para armazenamento de líquidos inflamáveis e revestimento interno em liga polímero resistente a corrosivos	633540	UND	2	R\$ 8.764,68	R\$ 17.529,36
85	Armário de aço duas portas Material: Aço galvanizado de alta durabilidade Fechamento: Fechadura cilíndrica com chave Acabamento: Pintura eletrostática a pó (resistente a ferrugem e umidade) Cor: Cinza Dimensões do Produto: Altura: 1,98 m Largura: 1,20 m Profundidade: 0,40 m Interno: 4 prateleiras internas reguláveis	612946	UND	2	R\$ 1.600,00	R\$ 3.200,00
	Refrigerador duplex com capacidade total de 260 litros – 207 litros no compartimento refrigerador e 53 litros no freezer. Degelo frost free. Sistema de refrigeração com ventilação interna. Estrutura vertical com portas fixas. Cor					

86	branca. Três prateleiras aramadas reguláveis. Compartimento freezer com temperatura de até -18 °C. Gaveta transparente para frutas e legumes. Porta-latas reversível para cinco unidades. Porta-garrafas com trava de segurança. Porta-ovos removível para 12 unidades. Pés niveladores ajustáveis. Iluminação interna em LED. Classificação energética A – consumo aproximado de 38,4 kWh /mês. Dimensões: 161,9 cm (altura) x 54,8 cm (largura) x 61,3 cm (profundidade). Peso: 49 kg. Tensão: 220V	320073	UND	1	R\$ 3.199,00	R\$ 3.199,00
87	Aparelho Ar Condicionado Tipo: Split , Modelo: Piso-Teto Inverter , Capacidade Refrigeração: 36.000 BTU/H, Tensão: 220V/380V, Frequência: 60 HZ, Características Adicionais 1: Controle Remoto/Ciclo Reverso (Quente/Frio) .	621336	UND	5	R\$ 7.070,84	R\$ 35.354,20
88	Aparelho Ar Condicionado Tipo: Split Piso Teto , Capacidade Refrigeração: 80.000 BTU/H, Tensão: 220V/380V, Frequência: 60 HZ, Características Adicionais: Controle Remoto Sem Fio E Trifásico , Quantidade Fases: 3 U	293365	UND	4	R\$ 12.279,00	R\$ 49.116,00
89	Aparelho Ar Condicionado Tipo: Hi-Wall , Modelo: Split Inverter , Capacidade Refrigeração: 24.000 BTU/H, Tensão: 220V/380V, Frequência: 60 HZ, Características Adicionais 1: Controle Remoto/Ciclo Reverso (Quente/Frio)	619109	UND	2	R\$ 3.755,82	R\$ 7.511,64
90	Aparelho de ar-condicionado Aparelho de ar-condicionado do tipo SPLIT; Capacidade de refrigeração de 12.000 BTUS; Possui tecnologia Inverter; Utiliza gás refrigerante R-32; Acompanha controle remoto. Voltagem: 220V/380V	458218	UND	3	R\$ 2.350,00	R\$ 7.050,00
91	Ar-condicionado split 12.000 BTU/h Aparelho de ar condicionado, split, ciclo frio, com certificação do INMETRO, capacidade de refrigeração de 12.000 BTU/h, tecnologia inverter, acabamento branco, função energy saving, função jet cool (resfriamento rápido), modo sleep (até 7h), timer (24h), modo soft dry (suavemente seco), deflexão de ar acima e baixo automático, deflexão de ar direita e esquerda manual, inclui controle remoto, gás refrigerante R-32, faixa de refrigeração entre 18 a 30°C, modo auto clean, filtro multiproteção, sistema de filtragem do ar/ ionizador que elimina cerca de 99,9% de vírus e bactérias, com proteção anticorrosão, tensão 220v/380v, frequência 60 hz, 1.063W de potência de refrigeração, classificação energética A, nível de ruído da unidade interna (alta, média, baixa e mínima): 39/33/25/19 dB(A), nível de ruído da unidade externa (máxima): 47 dB(A), desumidificação de 0,83 l/h. Serpentina de cobre. Dimensões da unidade interna: 19,4P x 80,5L x 28,5A centímetros.	458218	UND	1	R\$ 2.400,00	R\$ 2.400,00
92	Cortina de ar 150cm Cortina de ar de 150 cm com controle remoto, 220V, frequência 60Hz, nível de ruído 52dB, peso líquido do produto 14,7kg, vazão de ar 2.500m³/h, dimensões aproximadas: 150cm (largura) x 21cm (altura) x 19cm (profundidade).	453299	UND	3	R\$ 876,99	R\$ 2.630,97
93	Máquina de lavar roupas automática, com capacidade mínima de 14 kg, indicada para uso frequente em ambiente institucional. Deve possuir: Painel digital de fácil manuseio, com diversos programas de lavagem, inclusive para roupas delicadas e pesadas; Função de reaproveitamento de água ou programas econômicos, visando redução do consumo de água e energia; Abertura superior (top load) ou frontal (front load), conforme modelo, garantindo praticidade no uso; Sistema de centrifugação de alta performance, com velocidade mínima de 600 rpm, para maior eficiência na remoção da umidade; Classificação energética A ou superior, assegurando economia de energia elétrica; Material resistente e acabamento anticorrosivo, adequado ao uso frequente; Voltagem 220V;	449998	UND	1	R\$ 2.314,33	R\$ 2.314,33
	Secadora de roupas convencional, com capacidade mínima de 12 kg, indicada para uso frequente em ambiente institucional. Deve possuir: Sistema de secagem por ar quente, com opções de temperatura (baixa, média e alta), adequado para diferentes tipos de tecidos; Programas automáticos e por tempo, permitindo ajuste conforme a necessidade;					

94	Abertura frontal, com cesto interno em aço inoxidável ou material de alta durabilidade, resistente ao uso contínuo; Sistema anti-vincos ou função de prevenção de rugas, para facilitar o uso posterior das roupas; Classificação de eficiência energética compatível com normas nacionais, visando economia de energia; Filtro de fiapos removível, de fácil limpeza; Voltagem 220V, de acordo com a necessidade do campus;	469916	UND	1	R\$ 2.940,00	R\$ 2.940,00
VALOR TOTAL					R\$ 466.531,43	

1.1.1 Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

<p>Órgão gerenciador</p> <p>UASG 158410 - INST.FED.DE EDUC.TEC BAHIA/CAMPUS EUNÁPOLIS</p>				
Item	Descrição/Especificação	Unidade de medida	Requisição máxima	Valor unitário VALOR UNITÁRIO
1	Cadeira Empilhável; Cor: Branca; Material: Plástico; Tipo: Com braço. Suporta até 150Kg.	UND	200	R\$ 52,85
2	Escada Extensível de Alumínio Escada extensível de alumínio com 8 degraus; Possui sapatas antiderrapantes; Contém trava de segurança; Altura máxima de 4.21 metros; Suporta até 150kg.	UND	1	R\$ 535,59
3	Detector de Fumaça Detector de fumaça (monóxido de carbono); Possui alarme sonoro; Alimentação por bateria 9V.	UND	2	R\$ 144,00
4	Alarme de incêndio, detector de fumaça. Terminais de aço inox (anticorrosivo); Alimentação por bateria 9V.	UND	3	R\$ 144,00
5	Rack de rede - padrão 19" 5u desmontável (laterais e frente) Porta com acrílico; Possui aletas de ventilação laterais; Possui travamento por chave; Tratamento do material com anti-corrosivos e desengraxantes; Pintura eletrostática; Permite a instalação de equipamentos com "porca gaiola" (possui planos de fixação); Dimensões (mm): 285 x 550 x 370	UND	10	R\$ 340,00
	Mesa de refeitório 6 lugares com bancos inteiriço fixo acoplado; Tampo da mesa produzido em MDP com 18mm revestido em melaminico BP;			

6	Bancos inteiriço em MDP 25mm. Acabamento da borda filetado 2mm. Estrutura em tubo de aço carbono com 1,20mm de parede com pintura epoxi na cor prata; Medidas: 1800mm largura x 800mm profundidade (tampo) x 1500mm profundidade (total banco a banco) x 750mm altura; Cor: Tampo Maple Bilbao e Estrutura com pintura epoxi Alumínio.	UND	25	R\$ 2.000,00
7	Cadeira Escritório Material Estrutura: Resina Termoplástica Injetada , Material Revestimento Assento E Encosto: Couro Ecológico/Tecido Sintético , Material Encosto: Polipropileno Telado , Material Assento: Compensado/Espuma Injetada , Tipo Base: Giratória Com 5 Rodízios Duplos , Tipo Encosto: Espaldar Alto C/ Apoio De Cabeça , Apoio Braço: Com Braços Reguláveis , Cor: Preta , Características Adicionais: Encosto De Cabeça E Suporte Lombar , Quantidade Pés: 5 UN, Dimensões Assento: 450 X 490 MM, Dimensões Encosto: 450 X 560 M	UND	10	R\$ 1.000,00
8	Placa de cortar Alimentos Placa para corte de alimentos, em polietileno, dimensões 10 x 250 x 400 mm. 100% atóxica. Cor branca.	UND	6	R\$ 38,90
9	Placa de cortar alimentos Placa para corte de alimentos, em polietileno, dimensões 10 x 250 x 400 mm. 100% atóxica. Cor verde.	UND	6	R\$ 38,90
10	Placa de cortar alimentos Placa para corte de alimentos, em polietileno, dimensões 10 x 250 x 400 mm. 100% atóxica. Cor vermelha.	UND	2	R\$ 38,90
11	Placa de cortar alimentos Placa para corte de alimentos, em polietileno, dimensões 10 x 250 x 400 mm. 100% atóxica. Cor amarela.	UND	2	R\$ 38,90
12	Bandeja plástica multiuso 12 litros Bandeja plástica, para alimentos, sem tampa, em PEAD, cor branca, capacidade para 12 litros, dimensões aproximadas: 53,2 cm (comprimento), 37,3 cm (largura) e 8,6 cm (altura).	UND	8	R\$ 25,85

13	Bacia plástica 40 litros Bacia plástica de alta resistência, material polipropileno, cores variadas, capacidade para 40 litros. Dimensões aproximadas: 60 cm x 22 cm.	UND	4	R\$ 56,67
14	Bacia plástica 15 litros Bacia plástica de alta resistência, material polipropileno, capacidade para 15 litros, cores variadas. Dimensões aproximadas: 40cm x 16cm.	UND	4	R\$ 23,43
15	Bacia plástica 5 litros Bacia plástica de alta resistência, material polipropileno, capacidade para 5 litros, cores variadas. Dimensões aproximadas: 32cm x 10,5 cm.	UND	6	R\$ 13,26
16	Bacia fosca de alumínio 60 Bacia fosca confeccionada em alumínio de alta qualidade para uso profissional em cozinhas industriais, número 60, capacidade de 21 litros, peso mínimo da bacia 980g. Dimensões aproximadas: 60cm x 60cm.	UND	2	R\$ 118,47
17	Jarra medidora 1 litro Jarra medidora, capacidade para 1 litro, material de plástico resistente (polipropileno PP) translúcido, livre de BPA. Suporta choques térmicos e armazenamento e/ou uso em geladeira/freezer, micro-ondas. Com escala graduada - 1 litro.	UND	4	R\$ 19,15
18	Jarra medidora 5 litros Jarra medidora, material de plástico resistente (polipropileno PP) translúcido, livre de BPA. Suporta choques térmicos e armazenamento e /ou uso em geladeira /freezer, micro-ondas. Com escala graduada - 5 litros.	UND	4	R\$ 65,95
19	Prato fundo escolar em aço inox 24 cm Prato fundo escolar, material aço inox, resistente, resistente à corrosão, fácil de limpar. Dimensões aproximadas: 24 cm de diâmetro.	UND	600	R\$ 11,00
20	Copo escolar em aço inox 200ml. Copo em aço inox, resistente, capacidade de 200ml, dimensões aproximadas 10cm (altura) x 7cm (diâmetro da borda) x 4cm (diâmetro da base).	UND	600	R\$ 6,00
	Cumbuca/tigela 400ml			

21	<p>Cumbuca (tigela) de material de plástico resistente (polipropileno PP) livre de BPA. Suporta choques térmicos e armazenamento e/ou uso em geladeira</p> <p>/freezer, micro-ondas. Capacidade 400ml, dimensões aproximadas 12cm x 7cm,</p> <p>cores claras (creme/bege) ou tons pastel.</p>	UND	600	R\$ 6,30
22	<p>Descascador de legumes manual</p> <p>Descascador de legumes inox, lâminas em aço inox, estrutura em ABS, cabo revestido em silicone. Dimensões aproximadas: comprimento 155 mm, largura 90 mm, altura 30 mm.</p>	UND	20	R\$ 16,10
23	<p>Caixa plástica com tampa para frigorífico/pescado 20 litros</p> <p>Caixa plástica para frigorífico e pescado, em polietileno de alta densidade (PEAD), com tampa, volume 20 litros. Dimensões externas aproximadas: 46,6 cm de comprimento x 32,3 cm de largura x 17,9 cm de altura. Cor branco translúcido.</p>	UND	20	R\$ 70,50
24	<p>Caixa plástica com tampa para frigorífico/pescado 10 litros</p> <p>Caixa plástica para frigorífico e pescado, em polietileno de alta densidade (PEAD), com tampa, volume 10 litros. Dimensões externas aproximadas: 41,1 cm de comprimento x 29,1 cm de largura x 13 cm de altura. Cor branco translúcido.</p>	UND	20	R\$ 42,99
25	<p>Organizador baixo 13,5 litros</p> <p>Organizador baixo, capacidade para 13,5 litros, retangular, com tampa e travas para vedação. Dimensões aproximadas: 425 x 305 x 144 mm. Cor branco translúcido.</p>	UND	4	R\$ 46,89
26	<p>Organizador alto 36 litros</p> <p>Organizador alto, capacidade para 36 litros, com tampa e travas para vedação. Dimensões aproximadas: 487 x 331 x 336 mm. Cor branco translúcido.</p>	UND	6	R\$ 65,23
27	<p>Organizador baixo 48 litros</p> <p>Organizador baixo, capacidade para 48 litros, retangular, com tampa e travas para vedação. Dimensões aproximadas: 631 x 441 x 156 mm. Cor branco translúcido.</p>	UND	6	R\$ 123,91
28	<p>Coador de café industrial extra grande Nº 5</p> <p>Coador de café industrial em flanela, haste revestida de madeira, aro aproximado de 21cm.</p>	UND	15	R\$ 14,95

29	<p>Panela de pressão 10 litros</p> <p>Panela de pressão profissional, confeccionada em alumínio, polida por fora e lixada por dentro, capacidade de 10 litros, modelo com duas travas laterais com válvula de escape de pressão, válvula reguladora de pressão, duas válvulas de segurança repetitiva e anel de vedação em silicone. Dimensões: 30cm x 15cm. Panela deve atender às exigências de segurança do INMETRO.</p>	UND	3	R\$ 488,13
30	<p>Caçarola industrial Nº 60 alumínio grosso com tampa</p> <p>Caçarola com tampa, confeccionada em alumínio grosso polido, linha hotel industrial profissional 60cm (capacidade de 73 litros). Dimensões: 64cm de largura, 33cm de altura e 60cm de diâmetro.</p>	UND	4	R\$ 513,50
31	<p>Caçarola industrial Nº 40 alumínio grosso com tampa</p> <p>Caçarola com tampa, confeccionada em alumínio grosso polido, linha hotel industrial profissional 40cm (capacidade de 23 litros). Dimensões: 40cm de largura, 19cm de altura e 40cm de diâmetro.</p>	UND	2	R\$ 289,00
32	<p>Escorredor industrial de macarrão/arroz Nº 50</p> <p>Escorredor industrial de macarrão e/ou arroz, material confeccionado em alumínio grosso polido, linha hotel industrial profissional 50cm (capacidade de 21 litros). Dimensões: 50cm de largura, 25cm de profundidade.</p>	UND	2	R\$ 208,99
33	<p>Escorredor industrial de macarrão/arroz Nº 35</p> <p>Descrição detalhada: escorredor industrial de macarrão e/ou arroz, material confeccionado em alumínio grosso polido, linha hotel industrial profissional 35cm (capacidade de 8,5 litros). Dimensões: 35cm de largura, 19cm de profundidade.</p>	UND	2	R\$ 140,60
34	<p>Peneira coador chinoy profissional 31 cm</p> <p>Peneira passador coador chinoy profissional, estrutura e malha confeccionadas em aço inox, furos de 2mm. Dimensões: 31cm (borda) x 26cm (altura) x 3,5cm (diâmetro do fundo).</p>	UND	3	R\$ 240,45
35	<p>Frigideira industrial teflon Nº 45</p> <p>Frigideira antiaderente profissional, grande, para uso em escala industrial, Nº 45 (capacidade de 9,5 litros) com revestimento interno em teflon reforçado, cabo de baquelite, peso mínimo da frigideira: 1,5kg. Dimensões: 45cm (diâmetro) x 7cm (altura)</p>	UND	4	R\$ 171,50
	Faca chef profissional 10"			

36	Faca com lâmina em aço inoxidável, tamanho 10 polegadas, cabo de polipropileno texturizado, material rígido, leve e resistente a produtos químicos.. Faca profissional com lâmina multifuncional ideal que pode ser utilizada para fatiar, picar e cortar alimentos. Dimensões aproximadas: 36,7cm x 5,8cm x 2,2 cm. Peso médio 170g	UND	4	R\$ 116,10
37	Faca chef profissional 8" Faca com lâmina em aço inoxidável, tamanho 8 polegadas, cabo de polipropileno texturizado, material rígido, leve e resistente a produtos químicos. Faca profissional com lâmina multifuncional ideal que pode ser utilizada para fatiar, picar e cortar alimentos. Dimensões aproximadas: 32,5 cm x 4,4cm x 2cm	UND	6	R\$ 73,00
38	Faca chef profissional 6" Faca com lâmina em aço inoxidável, tamanho 6 polegadas, cabo de polipropileno texturizado, material rígido, leve e resistente a produtos químicos. Faca profissional com lâmina multifuncional ideal que pode ser utilizada para fatiar, picar e cortar alimentos. Dimensões: 27,2cm x 4,6cm x 2 cm	UND	6	R\$ 100,00
39	Pote hermético 3 litros Com fechamento hermético e vedação em silicone, material polipropileno, formato retangular, transparente, livre de BPA, capacidade 3l, altura 10,30cm, largura 18,30cm, comprimento 27,20 cm, peso mínimo: 300g	UND	6	R\$ 19,98
40	Pote hermético 8 litros Pote hermético retangular de 8l (capacidade de 5kg), material plástico, polipropileno, livre de BPA, transparente com tampa de vedação hermética, pote resistente e empilhável. Dimensões: 20,5cm (comprimento) x 20,5cm (largura) x 25,5cm (altura), peso mínimo: 500g. Compacto, ideal para otimizar espaço, material plástico de alta qualidade, indicado para armazenar alimentos	UND	10	R\$ 54,88
41	Saco para congelar alimentos Saco plástico para congelamento de alimentos, polietileno (PE) de alta densidade e espessura reforçada para suportar baixas temperaturas sem trincar, enrijecer ou rasgar, resistente a rasgos e perfurações, livre de BPA, indicado para contato com alimentos. Dimensões 40cm x 60cm, espessura 0,15mm. Pacote com 1kg	KG	2	R\$ 32,64
	Colher de sopa em aço inox Colher de mesa toda em aço inox (18/10), bordas delicadamente arredondadas, curvatura da concha moderada em profundidade			

42	suficiente para conter líquidos sem derramas (aproximadamente 15ml). Dimensões aproximadas: 19cm (comprimento) x 4,5cm (largura da concha) x 5,5cm (comprimento da concha), espessura média do corpo 2mm, peso médio de 50g. Apresentação em conjuntos de 12 unidades	UND	600	R\$ 2,44
43	Garfo de mesa em aço inox Garfo de mesa todo em aço inox (18/10), com dentes polidos na parte interna e bordas arredondadas, dimensões aproximadas: 20,2cm (comprimento) x 2,6cm (largura), peso 67g. Apresentação em conjunto de 12 unidades	UND	600	R\$ 2,35
44	Guardanapos de papel 24cm x 22cm Material 100% celulose, folha simples, branco. Dimensões aproximadas: 24cm x 22cm. Apresentação em fardos de 20 pacotes com 50 unidades.	CAIXA (1000 UND)	5	R\$ 76,20
45	Papel manteiga (folhas) 50cm x 70cm Papel Manteiga 50cmx70cm, o papel manteiga 50cmx70cm deve ser forneável, indicado para cozinhar e confeitaria, com uma gramagem de 35g. Apresentação: pacote com 400 folhas.	PACOTE (400 UND)	2	R\$ 130,00
46	Assadeira compatível com forno Progás Esteira compatível com o Forno Turbo Industrial a gás Progás PRP-8000 ST G2. Esteira Canaleta Perfurada 5 tiras, própria para a fabricação de pão francês, estrutura em arco, aço carbono (ferro), esteiras de tiras em alumínio perfurada, 5 tiras de 9cm alumínio para pães de 100g, medida total: 58cm x 70cm	UND	8	R\$ 104,00
47	Assadeira 47cm x 32cm Assadeira retangular alta Nº 5, de alumínio, medidas: 47cm x 32cm x 6cm, espessura de 3mm, capacidade média de 8 litros	UND	7	R\$ 144,72
48	Cortador/picador de legumes grande com cavalete/tripé Cortador/picador de legumes grande, de uso industrial/profissional, manual, reforçado, com suporte de chão tipo cavalete/tripé. Corpo e cabo confeccionados em alumínio fundido, basculante de alumínio fundido, facas /lâminas de aço inox (10x10cm; espessura do corte 10mm), pintura eletrostática. Dimensões aproximadas: altura total 113 cm (37cm da base e 76cm do cavalete /tripé); largura 36cm; profundidade 53cm; Peso líquido: 3,6kg	UND	4	R\$ 220,00
	Cortador/picador de legumes com suporte de mesa			

49	<p>Cortador/picador de legumes de uso industrial/profissional, manual, reforçado, com suporte de mesa. Corpo e cabo confeccionados em alumínio fundido, basculante de alumínio fundido, facas/lâminas de aço inox (10x10cm; espessura do corte 10mm), pintura eletrostática. Dimensões aproximadas: largura 18cm x altura 38cm x comprimento 26cm. Peso líquido 1,7kg</p>	UND	4	R\$ 191,32
50	<p>Faca de mesa em aço inox</p> <p>Faca indicada para mesa, toda em material de aço inox (18/10), borda da faca arredondada (sem ponta afiada, lâmina sem serra, dimensões aproximadas: 20cm (comprimento) x 9 cm (comprimento da lâmina) x 11cm (comprimento do cabo), x 2,1cm (largura da lâmina) e espessura mínima de 2mm, peso aproximado da unidade: 60g. Apresentação em conjuntos de 12 unidades</p>	PACOTE (12 UND)	25	R\$ 47,90
51	<p>Pá remo cabo inox 120cm</p> <p>Pá remo com cabo inox, fabricado em plástico (poliamida) atóxico, impermeável, resistente a temperaturas de 130°C, de fácil higienização e alta durabilidade.</p> <p>Dimensões: 120cm; peso mínimo do produto 600</p>	UND	4	R\$ 138,00
52	<p>Pá remo cabo inox 60cm</p> <p>Pá remo com cabo inox, fabricado em plástico (poliamida) atóxico, impermeável, resistente a temperaturas de 130°C, de fácil higienização e alta durabilidade.</p> <p>Dimensões: 60cm; peso mínimo do produto 300</p>	UND	4	R\$ 99,00
53	<p>Canecão leiteira grande hotel Nº 22</p> <p>Canecão leiteira de uso em cozinha industrial, confeccionada com alumínio reforçado de alta qualidade, polido, Nº 22 (capacidade 8 litros), cabo em madeira. Dimensões aproximadas: 22cm (diâmetro) x 20cm (altura)</p>	UND	6	R\$ 96,99
54	<p>Botijão galão térmico 5L com torneira</p> <p>Botijão galão térmico com torneira, confeccionado em plástico livre de BPA, revestimento interno com isolamento térmico em poliuretano, contendo abertura superior de rosquear grande (diâmetro de 11cm), pés dobráveis e alça, capacidade de 5 litros. Tempo de conservação de 6 a 8 horas. Dimensões: Medidas com Pé: 28,5cm x 25cm/ Medidas sem Pé: 23cm x 25cm</p>	UND	2	R\$ 190,50
	<p>Botijão galão térmico 10L com torneira</p> <p>Botijão galão térmico com torneira, confeccionado em plástico livre de BPA, revestimento interno com isolamento térmico em poliuretano,</p>			

55	contendo abertura superior de rosquear grande (diâmetro de 11cm), pés dobráveis e alça, capacidade de 10 litros. Tempo de conservação de 6 a 8 horas. Dimensões com Pé: 42cm; sem pé 37 cm	UND	3	R\$ 129,35
56	Filtro industrial Polifil 300 Ef 230, ou equivalente, completo Elemento filtrante para purificador de água polifil 300, ou equivalente, refil composto por polipropileno e carvão ativado com prata coloidal. Possui tripla filtragem, retenção de particulado classe III (classificação INMETRO), retenção de cloro classe I (classificação INMETRO), possui controle microbiológico, vida útil nominal de 5000 L, vazão máxima de 360 l/h. Dimensão aproximada: 72 x 230 mm	UND	2	R\$ 158,51
57	Refil do elemento filtrante Polifil Ef 230 ou equivalente compatível com item 56 Refil para o filtro de água EF 230, composto de polipropileno e carvão ativado com prata coloidal destinado à filtragem de água, ideal para uso em máquinas de café, suco. Retenção de particulado (classificação INMETRO): Classe III (partículas de 5 a 15µm) Retenção de Cloro (classificação INMETRO): Classe I (Retém mais de 75% do cloro presente na água); Controle microbiológico: Sim; Características Modelo: 230 EF. Tipo de dispositivo: Filtro. Aprovado pelo INMETRO: de acordo com a Norma 14908 da ABNT. Vazão máxima: 360 litros /hora. Vida útil nominal: 5000 L (troca de refil recomendada a cada 6 meses) compatível com filtro industrial Polifil 300 Ef 23	UND	8	R\$ 81,50
58	Anel de vedação/borracha para panela de pressão 10 litros Anel de vedação para panela de pressão, em silicone que não resseca, compatível com painéis de pressão de 10 litros e certificado pelo INMETRO	UND	3	R\$ 56,00
59	Espátula curva profissional em aço inox Espátula curva profissional gourmet confeccionada em aço inox, cabo de de polipropileno, de uso profissional/industrial, utilizada para corte de massas, bolos. Dimensões aproximadas: 26cm x 6cm x 2cm	UND	2	R\$ 47,99
60	Espátula pão duro de silicone com cabo em aço inox 30cm Espátula pão duro com base de silicone e cabo confeccionado em aço inox, de uso profissional/industrial. Dimensões aproximadas: 30cm (comprimento) x 6cm (largura)	UND	6	R\$ 43,39
	Bobina plástico filme PVC esticável 38cm x 500m Bobina de plástico PVC esticável, espessura de 0,12micra, amarelo transparente. Atóxico e inodoro, possui transparência e brilho,			

61	resistente à perfuração e indicado para embalar e proteger alimentos. Suporta temperaturas de -10°C a 70°C. Dimensões aproximadas: 500m (comprimento) x 38cm (largura)	UND	2	R\$ 237,01
62	Balança eletrônica digital alta precisão Balança eletrônica, digital, alta precisão, com certificação do INMETRO, completa, capacidade para pesagem de até 30 kg, bivolt (110/220v), bateria recarregável, teclado 24 teclas, display LCD com iluminação, dimensões aproximadas: 23 x 34,5 x 10,5 cm. Prato em aço inoxidável. Acompanha 1 balança, 1 fonte AC/DC bivolt e manual.	UND	1	R\$ 662,50
63	Fogão industrial 8 queimadores duplos 40 x 40cm em aço inox Fogão industrial estrutura em aço inox 430, 8 queimadores duplos, com grelha 40 x 40 cm (grelha de 8 pontas) e mesa com perfil de 100 mm sem emendas. Equipamento com certificação do INMETRO. Grelhas da mesa e queimadores em ferro fundido. Estrutura em aço inox escovado. Acompanha bandeja coletora de resíduos. Tubulação em alumínio escovado, registros do tipo borboleta em latão cromado. Fogão a gás baixa pressão (GLP). Dimensões: 194cm (comprimento) x 116cm (largura) x 83cm (altura)	UND	1	R\$ 4.706,05
64	Liquidificador industrial basculante 25 litros Liquidificador basculante certificado pelo INMETRO composto por copo MONOBLOCO, sem solda, em aço inox, com capacidade real de 25 litros. O copo MONOBLOCO proporciona alto rendimento de processamento (mais rápido). A ausência de solda e por consequência de frestas no interior do copo, não permite o acúmulo de resíduos de alimentos. Tampa de borracha atóxica, com encaixe justo ao copo, não permitindo vazamento de líquido durante o processamento e com visor /dosador possibilitando acompanhar visualmente o processamento e adicionar ingredientes durante a execução da receita. Motor monofásico, potência do motor 1,5 HP-CV, potência nominal 1550w – 60 hz, 3500 rpm, tensão única (220v), protegido contra líquidos por gabinete de aço. Cavalete robusto em aço carbono com pintura a pó de alta resistência. Copo com anteparo em aço inox, não permitindo o contato das mãos com as lâminas. Sistema de segurança com anteparo de copo para impedir acesso acidental à lâmina de corte e sistema de monitoramento que desliga o motor automaticamente ao abrir a tampa. Dimensões do equipamento (AxLxP): 1.175 x 390 x 525 mm. Peso líquido do equipamento: 24,5 kg.	UND	1	R\$ 2.726,30
65	Liquidificador industrial 10 litros Liquidificador certificado pelo INMETRO composto por base e copo em aço inoxidável, acoplamento metálico com eixo sextavado, motor de indução de 0,5 CV, rotação de 3.500 rpm, com volume máximo de 10 litros. Dimensões (AxLxP): 780 x 340 x 330 mm; peso líquido do equipamento 10,15kg. Tampa de borracha atóxica, com encaixe justo ao copo, não permitindo vazamento de líquido durante o processamento e com dosador para adição de ingredientes durante o	UND	2	

	preparo. Tensão única (220v). Sistema de segurança com anteparo de copo para impedir acesso acidental à lâmina de corte e sistema de monitoramento que desliga o motor automaticamente ao abrir a tampa.			R\$ 1.090,93
66	<p>Liquidificador industrial 6 litros</p> <p>Liquidificador certificado pelo INMETRO composto por base e copo em aço inoxidável, acoplamento metálico com eixo sextavado, motor de indução de 0,5 CV, rotação de 3.500 rpm, com volume máximo de 6 litros. Dimensões (AxLxP): 720 x 310 x 300 mm; peso líquido do equipamento 9,85kg. Tampa de borracha atóxica, com encaixe justo ao copo, não permitindo vazamento de líquido durante o processamento e com dosador para adição de ingredientes durante o preparo. Tensão única (220v). Sistema de segurança com anteparo de copo para impedir acesso acidental à lâmina de corte e sistema de monitoramento que desliga o motor automaticamente ao abrir a tampa.</p>	UND	2	R\$ 850,00
67	<p>Pass through térmico</p> <p>Pass through aquecido vertical, com controle digital de temperatura, com certificação do INMETRO, dimensões aproximadas: 70x80x200cm (+55°C/+75° C) 220V, 02 portas cegas, Capacidade para 16 GN's 1/1 - 100/150mm ou 30 GN's 1/1 - 65mm; confeccionado em estrutura de aço, com revestimento interno e externo em aço inoxidável e isolado com lã de rocha (laterais, teto e fundo) resistentes à água e umidade. Corpo externo em aço inoxidável; Corpo interno em aço inoxidável; Isolamento térmico em lã de rocha; Porta em aço inoxidável, inteiriças equipadas com sistema de fechamento magnético e puxadores laterais em poliamida 6.0 (nylon); Dobradiças em aço inoxidável; Cantoneiras removíveis com alturas ajustáveis para receber recipiente gn 1/1 gastronorm; Grades; Aquecimento por resistências elétricas blindadas laterais; Gaveta umidificadora</p> <p>removível; Bandeja coletora removível inferior para armazenamento de líquidos.</p>	UND	1	R\$ 7.740,00
68	<p>Pass through refrigerado</p> <p>Pass through refrigerado para conservação e estocagem de alimentos prontos; com certificação do INMETRO, Controlador eletrônico com indicador de temperatura; Revestimento interno inox 304; 6 níveis grades em aço inox 430, reguláveis; Revestimento interno em aço inox 430; Portas com travamento; Rodízios com travas; Capacidade de 12 GN's grandes de 530x325x150 mm ou 24 GN's 1/1 65mm; Voltagem: 220V; Temperatura: 0°C a +7°C; Peso do produto: 162Kg. Dimensões externas (CxAxL): 72x204,5x93,5cm.</p>	UND	1	R\$ 9.365,96
69	<p>Freezer/refrigerador vertical</p> <p>Freezer/refrigerador vertical, com certificação do INMETRO, tripla ação (freezer, conservador e refrigerador), com visor frontal, prateleiras aramadas em 3 níveis reguláveis e com controle de temperatura no termostato variando na função freezer (-18°C a -22°C)</p>	UND	3	

	ou refrigerador (2°C a 8 °C), fechamento automático, com pés reguláveis. Voltagem 220V.			R\$ 5.498,33
70	Armário em aço inox Armário em aço inox, com prateleira interna, porta de correr, para fixar em paredes com bucha de 10, sem fundo (o fundo é a própria parede). Dimensões aproximadas: 1,00 x 0,50 x 0,50 m.	UND	2	R\$ 4.099,25
71	Estante inox 4 planos Estante em aço inox AISI 304, com 4 prateleiras gradeadas, capacidade de aproximadamente 120 kg por prateleira, pés ajustáveis. Qualidade de aço inox resistente a ambientes refrigerados como câmaras frias. Dimensões aproximadas: 2m de altura, 1m de comprimento e 50 cm de largura.	UND	10	R\$ 4.380,48
72	Prateleira aérea em aço inox lisa Prateleira aérea em aço inox escovado, superfície lisa, dimensões aproximadas: 9cm x 120cm x 31 cm (altura x comprimento x profundidade).	UND	3	R\$ 997,50
73	Armadilha luminosa lateral/parede 45m² Armadilha luminosa lateral, para ser fixada na parede, utilizada contra insetos fotossensíveis (moscas, mariposas, varejeiras e abelhas), dimensões 48 x 23,5 x 32,5 cm. Utilizada em ambientes internos. Área de cobertura 45 m². Contém 2 lâmpadas de 15 W, 1 refil adesivo tamanho grande (44 x 22 cm), pintura epóxi branca, 220 v.	UND	2	R\$ 615,91
74	Escorredor de copos em inox Escorredor de copos em aço inox, estilo prateleira, para ser instalado na parede, peso 5 kg, dimensões aproximadas: altura 40 cm, largura 100 cm e profundidade 30 cm.	UND	2	R\$ 474,05
75	bandeja coletora e cantoneiras), 4 andares, capacidade para aproximadamente 200 pratos, podendo também escorrer copos e talheres. Dimensões aproximadas: 88,5cm x 67cm x 129cm. Peso líquido: 20kg.	UND	2	R\$ 3.550,69
	Escorredor de pratos em inox Escorredor de pratos com rodízios, confeccionado em aço inox (incluindo Rechaud de mesa 3 cubas GN ½ em aço inox Rechaud de mesa fabricado em aço inox, certificado pelo INMETRO, contendo 3 cubas gastronorms (cuba GN com capacidade de 6 litros cada) removíveis e com tampas individuais e com possibilidade de			

76	<p>combinar cubas em tamanhos diferentes, sistema de aquecimento em banho-maria, termostato regulável 30°C a 120°C. Dimensões aproximadas: (A) 23cm x (L) 38cm x (C) 88cm; Cuba: (C) 26,5cm x (L) 32,5cm x (A) 15cm; Peso: 7,8 kg. Tensão 220V; Frequência: 50- 60hz; Potência: 2.650W; Tomada: 20 Amperes com 3 pinos; Consumo: 1,9 kW</p> <p>/h; Resistência: 01 (uma).</p>	UND	2	R\$ 2.047,80
77	Estante para arquivo de aço com 6 prateleiras dupla	UND	5	R\$ 1.791,00
78	Arquivo deslizante com capacidade para armazenar 300 caixas de arquivo	UND	1	R\$ 2.500,00
79	<p>Mapoteca de aço com 10 gavetas para armazenar plantas de construção, mapas, jornais.</p> <p>Com capacidade para armazenar documento de tamanho: 87x119</p>	UND	1	R\$ 10.079,98
80	<p>Aparelho de ar-condicionado do tipo SPLIT. Capacidade de refrigeração de 9.000 BTUS. Possui tecnologia Inverter.</p> <p>Utiliza gás refrigerante R-32.</p> <p>Voltagem: 220V/380V</p>	UND	1	R\$ 2.000,00
81	<p>Círculo Oitavado adulto colorido, composto por: 8 mesas trapézio coloridas, 8 cadeiras empilháveis e 01 mesa central oitavada branca. Cadeiras em polipropileno. Indicado acima de 11 anos. Modelo SC 057 /SC 059/SC 804.</p> <p>Mesas: MDP 18mm revestido em laminado de alta pressão (fórmica). Assento e Encosto : Polipropileno colorido de alta resistência com orifícios de ventilação.</p> <p>Cores: Verde acqua, azul, amarelo, vermelho e branco.</p> <p>Estrutura : Tubo 7/8 nas mesas e cadeiras, tubo de aço 1.1/4 na mesa central. Pintura epóxi-pó branco.</p> <p>Medidas Mesa Trapézio: Tampo 665/385 x 400mm. Altura 760mm. Medidas Mesa Central: Tampo 900 x 965mm. Altura 760mm.</p> <p>Altura da Cadeira: Até o assento 460mm. Altura total 800mm. Diâmetro : 1650mm + espaço desejado para as cadeiras.</p> <p>Porta-Livros: Gradil abaixo do tampo em aço 4mm.</p> <p>Indicação: acima de 11 anos</p>	UND	4	R\$ 4.940,00

82	Mesa de Desenho 4830PR com Prancheta 100x80cm e régua paralela de 100cm. Prancheta de fibra de madeira prensada de 18mm com as duas faces revestidas em melamina na cor gelo. Bordas revestidas em PVC. Dispensa a forração com plástico. Régua paralela de 100cm fabricada em acrílico cristal na espessura de 3,2mm. Roldanas em nylon. Trava que permite a fixação da régua em qualquer ponto do desenho	UND	40	R\$ 929,54
83	Cadeira secretária giratória sem braços, assento e encosto em espuma injetável D33, revestimento em tecido cor preta. Acabamento da estrutura: pintado. Características do assento: retangular estofado medidas de 38cm (profundidade) x 39cm (largura). Características do encosto: retangular estofado medidas 28cm(altura) x 37cm (largura). Características da base: com rodízios 50mm em Polipropileno. Características adicionais: material da estrutura em nylon, regulagem de altura com pistão à gás nas alturas 0,45 a 0,54 (medidas do chão ao assento), assento giratório. Peso máximo suportado: 110kg	UND	40	R\$ 570,00
84	Armário corta-fogo e antiexplosão medindo aproximadamente 2000x1000x450 fabricado e laminado com uma parede de 3mm de espessura em material de aço carbono com paredes duplas, com abertura na parte superior e na parte inferior com sistema corta chama, que funciona como respiros de ventilação para gases leves e pesados, parte exterior na cor vermelha com duas portas com trinco antifaiscante e embutido com 2 chaves, prateleiras a prova de vazamento ajustáveis, que podem ser retiradas para limpeza, para armazenamento de líquidos inflamáveis e revestimento interno em liga polímero resistente a corrosivos	UND	2	R\$ 8.764,68
85	Armário de aço duas portas Material: Aço galvanizado de alta durabilidade Fechamento: Fechadura cilíndrica com chave Acabamento: Pintura eletrostática a pó (resistente a ferrugem e umidade) Cor: Cinza Dimensões do Produto: Altura: 1,98 m Largura: 1,20 m Profundidade: 0,40 m Interno: 4 prateleiras internas reguláveis	UND	2	R\$ 1.600,00

86	<p>Refrigerador duplex com capacidade total de 260 litros – 207 litros no compartimento refrigerador e 53 litros no freezer. Degelo frost free. Sistema de refrigeração com ventilação interna. Estrutura vertical com portas fixas. Cor branca. Três prateleiras amadas reguláveis. Compartimento freezer com temperatura de até -18 °C. Gaveta transparente para frutas e legumes. Porta- latas reversível para cinco unidades. Porta-garrafas com trava de segurança. Porta-ovos removível para 12 unidades. Pés niveladores ajustáveis. Iluminação interna em LED. Classificação energética A – consumo aproximado de 38,4 kWh</p> <p>/mês. Dimensões: 161,9 cm (altura) x 54,8 cm (largura) x 61,3 cm (profundidade). Peso: 49 kg. Tensão: 220V</p>	UND	1	R\$ 3.199,00
87	<p>Aparelho Ar Condicionado Tipo: Split , Modelo: Piso-Teto Inverter , Capacidade Refrigeração: 36.000 BTU/H, Tensão: 220V/380V, Frequência: 60 HZ, Características Adicionais 1: Controle Remoto/Ciclo Reverso (Quente/Frio) .</p>	UND	5	R\$ 7.070,84
88	<p>Aparelho Ar Condicionado Tipo: Split Piso Teto , Capacidade Refrigeração:</p> <p>80.000 BTU/H, Tensão: 220V/380V, Frequência: 60 HZ, Características Adicionais: Controle Remoto Sem Fio E Trifásico , Quantidade Fases: 3 U</p>	UND	4	R\$ 12.279,00
89	<p>Aparelho Ar Condicionado Tipo: Hi-Wall , Modelo: Split Inverter , Capacidade Refrigeração: 24.000 BTU/H, Tensão: 220V/380V, Frequência: 60 HZ, Características Adicionais 1: Controle Remoto/Ciclo Reverso (Quente/Frio)</p>	UND	2	R\$ 3.755,82
90	<p>Aparelho de ar-condicionado</p> <p>Aparelho de ar-condicionado do tipo SPLIT; Capacidade de refrigeração de 12.000 BTUS; Possui tecnologia Inverter; Utiliza gás refrigerante R-32; Acompanha controle remoto. Voltagem: 220V/380V</p>	UND	3	R\$ 2.350,00
	<p>Ar-condicionado split 12.000 BTU/h</p> <p>Aparelho de ar condicionado, split, ciclo frio, com certificação do INMETRO, capacidade de refrigeração de 12.000 BTU/h, tecnologia inverter, acabamento branco, função energy saving, função jet cool (resfriamento rápido), modo sleep (até 7h), timer (24h), modo soft dry (suavemente seco), deflexão de ar acima e baixo automático, deflexão de ar direita e esquerda manual, inclui controle remoto, gás refrigerante R-32, faixa de refrigeração entre 18 a 30°C, modo auto clean, filtro multiproteção, sistema de filtragem do ar/ ionizador que elimina cerca de 99,9% de vírus e bactérias, com proteção anticorrosão, tensão 220v/380v, frequência 60 hz, 1.063W de</p>			

91	potência de refrigeração, classificação energética A, nível de ruído da unidade interna (alta, média, baixa e mínima): 39/33/25 /19 dB(A), nível de ruído da unidade externa (máxima): 47 dB (A), desumidificação de 0,83 l/h. Serpentina de cobre. Dimensões da unidade interna: 19,4P x 80,5L x 28,5A centímetros.	UND	1	R\$ 2.400,00
92	Cortina de ar 150cm Cortina de ar de 150 cm com controle remoto, 220V, frequência 60Hz, nível de ruído 52dB, peso líquido do produto 14,7kg, vazão de ar 2.500ms/h, dimensões aproximadas: 150cm (largura) x 21cm (altura) x 19cm (profundidade).	UND	3	R\$ 876,99
93	Máquina de lavar roupas automática, com capacidade mínima de 14 kg, indicada para uso frequente em ambiente institucional. Deve possuir: Painel digital de fácil manuseio, com diversos programas de lavagem, inclusive para roupas delicadas e pesadas; Função de reaproveitamento de água ou programas econômicos, visando redução do consumo de água e energia; Abertura superior (top load) ou frontal (front load), conforme modelo, garantindo praticidade no uso; Sistema de centrifugação de alta performance, com velocidade mínima de 600 rpm, para maior eficiência na remoção da umidade; Classificação energética A ou superior, assegurando economia de energia elétrica; Material resistente e acabamento anticorrosivo, adequado ao uso frequente; Voltagem 220V;	UND	1	R\$ 2.314,33
94	Secadora de roupas convencional, com capacidade mínima de 12 kg, indicada para uso frequente em ambiente institucional. Deve possuir: Sistema de secagem por ar quente, com opções de temperatura (baixa, média e alta), adequado para diferentes tipos de tecidos; Programas automáticos e por tempo, permitindo ajuste conforme a necessidade; Abertura frontal, com cesto interno em aço inoxidável ou material de alta durabilidade, resistente ao uso contínuo; Sistema anti-vincos ou função de prevenção de rugas, para facilitar o uso posterior das roupas; Classificação de eficiência energética compatível com normas nacionais, visando economia de energia; Filtro de fiapos removível, de fácil limpeza;	UND	1	R\$ 2.940,00

	Voltagem 220V, de acordo com a necessidade do campus;			
--	---	--	--	--

Órgão Participante 1				
Item	Descrição/Especificação	Unidade de medida	Requisição máxima	Valor unitário

Órgão Participante 2				
Item	Descrição/Especificação	Unidade de medida	Requisição máxima	Valor unitário

1.1.2 A presente Intenção de Registro de Preços (IRP) admitirá a inclusão de, no máximo, **02 (dois) órgãos participantes**, sendo a participação **restrita exclusivamente aos campi do Instituto Federal da Bahia (IFBA)**, selecionados por ordem cronológica de manifestação no sistema Compras.gov.br.. As quantidades dos participantes poderão ser adequadas (glosadas) pelo Órgão Gerenciador para garantir que o valor global da contratação permaneça dentro dos limites de eficiência administrativa e planejamento orçamentário

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de **1 (um) ano** contados do(a) **recebimento do instrumento substitutivo ao contrato**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.9. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026**, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. *Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:*

4.1.1 Os itens a serem adquiridos devem ser produzidos sem utilização de trabalho escravo ou infantil e produzido com equipamentos e máquinas que reduzem a geração de resíduos industriais.

4.1.2 Dada a natureza dos objetos que se pretende adquirir, não se verifica impactos ambientais relevantes, sendo necessário tão somente que o licitante atenda aos critérios e política de sustentabilidade ambiental já abordados na Lei 14.133/2021.

4.2. ***Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.***

Garantia da contratação

4.3. *Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.*

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.4 *Na presente licitação os itens cujo valor total estimado seja de **até R\$ 80.000,00** (oitenta mil reais) serão destinados à **participação exclusiva** de microempresas e empresas de pequeno porte (Art. 48, I, LC 123/06).*

4.5 *Será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte para os itens de natureza divisível cujo valor total estimado **ultrapasse R\$ 80.000,00***

4.5.1. *Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.*

4.5.2. *Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.*

4.5.3. *Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.*

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, em remessa única por pedido, contados do recebimento do respectivo empenho, conforme a necessidade da administração.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.2. O prazo de garantia contratual dos bens será de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.3. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.4. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.5. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.6. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.7. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.8. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até **20** (vinte) dias úteis, já incluído nesse prazo o tempo necessário para eventual retirada e devolução do bem, a cargo do Contratado.

5.9. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.10. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.11. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.12. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.13. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà

informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Gestor do Contrato

6.14. Cabe ao gestor do contrato:

6.14.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.14.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.14.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.14.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.14.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.14.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.14.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,1% (zero vírgula um por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias*

7.2.4.2. *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;*

7.2.4.2.1. *O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

7.2.4.3. *Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **30% (trinta por cento)** a **35% (trinta e cinco por cento)** do valor da contratação.*

7.2.4.4. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **30% (trinta por cento)** a **35% (trinta e cinco por cento)** do valor da contratação.*

7.2.4.5. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **20% (vinte por cento)** a **25% (vinte e cinco por cento)** do valor da contratação.*

7.2.4.6. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **5% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.*

7.2.4.7. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **15% (quinze por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:*

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de

2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na

proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

Não se aplica, visto que o valor desta contratação ultrapassa o limite indicado na referida Lei.

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.8. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.11.1. o prazo de validade;
- 8.11.2. a data da emissão;
- 8.11.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.11.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.11.5. o valor a pagar; e
- 8.11.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.14.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 8.14.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências

impeditivas indiretas.

8.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.17. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)* de correção monetária.

Forma de pagamento

8.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

8.25. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.26. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.26.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.26.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.26.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.26.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.27. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.28. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 19/02/2026.

8.29. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.30. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.31. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.32. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.33. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.34. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.35. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade *PREGÃO*, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo *MENOR PREÇO*.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será conforme solicitado na Autorização de Fornecimento, respeitando a Tabela 1.1.1.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. *Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:*

9.3.1 Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *do último exercício social*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

- 9.25. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação *patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação*.
- 9.26. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 9.28. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

Disposições gerais sobre habilitação

- 9.29. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.30. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.38. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.39. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.40. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. *O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de 466.531,43 (quatrocentos e sessenta e seis mil quinhentos e trinta e um reais e quarenta e três centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima***

10.5. *Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:*

10.5.1. *em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;*

10.5.2. *em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;*

10.5.3. *serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou*

10.5.4. *poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.*

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. *As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.*

11.4. *A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.*

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Eunápolis, 30 de abril de 2026

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o *prazo de 5 (cinco) dias úteis*, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente à *Nota de Empenho* sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *Edital*, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. ***O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.***

2.2. ***O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento***

2.5. *O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.*

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual,

ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.1.10. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e *da relação da rede de assistência técnica autorizada*;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

- 4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 5.1. *A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*
- 5.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.*
- 5.3. *Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:*
- 5.3.1. *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*
- 5.3.2. *poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*
- 5.5. *O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.*

5.5.1. *Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.*

5.7. *O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.*

5.8. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.8.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.8.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.8.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.9.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.9.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.9.3. Indenizações e multas.

5.10. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.11. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus

efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Eunápolis para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 2026 .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: SEI 23291.000787/2025-43 - Documento 4305773 (Portaria 163/2025)

ARTHUR VINICIUS MACIEL DANTAS

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 27/05/2026 às 20:49:34.

Despacho: SEI 23291.000787/2025-43 - Documento 4305773 (Portaria 163/2025)

JESSYCA FRAGA VIEIRA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 27/05/2026 às 13:55:15.

Despacho: SEI 23291.000787/2025-43 - Documento 4305773 (Portaria 163/2025)

KATIUCIA MAVIN OLIVEIRA COSTA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 27/05/2026 às 20:03:38.

INST.FED.DE EDUC.TEC BAHIA/CAMPUS EUNÁPOLIS

Ata de Registro de Preços 1/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
1/2026	158410-INST.FED.DE EDUC.TEC BAHIA/CAMPUS EUNÁPOLIS	JANUBIA DA CRUZ ROCHA ARAGAO	15/06/2026 10:05 (v 0.7)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		23291.000787/2025-43

1. DO OBJETO

Processo Administrativo nº 23291.000787/2025-43

Ata de Registro de Preços nº 01/2026

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - Campus Eunápolis, com sede na Avenida David Jonas Fadini, S/N, Rosa Neto, Eunápolis – BA, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 10.764.307/0010-03, neste ato representado pela Diretora Geral, Fabiana Zanelato Bertolde, nomeada pela Portaria nº 1.571 de 26 de março de 2024, Publicada no DOU em 28 de março de 2024, portador da Matrícula Funcional nº 1606969, considerando o julgamento da *licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica*, para REGISTRO DE PREÇOS do pregão nº 90009/2025, no DOU de 19 de Junho de 2026 processo administrativo n.º 23291.000787/2025-43, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada (s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no *Edital de licitação nº 03/2026*, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual *aquisição de bens permanentes e de consumo (mobiliário, equipamentos e utensílios de cozinha) para atender às necessidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA, Campus Eunápolis.* , especificado(s) no item 1 do Termo de Referência, anexo do *edital de licitação n.º 03/2026*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>
---------	--

TR							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Total	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA DA BAHIA /CAMPUS EUNÁPOLIS - UASG 158410.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
- 4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
 - 4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
 - 4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- 4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- 4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. *O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.*

4.8. *Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.*

4.9. *A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.*

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir[A1] do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. *Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.*

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. *O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.*

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no *edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no *edital*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do *edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021[A1] ;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.[A1]

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023[A2] .

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no *edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente[A1] após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao *edital*.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em sistema eletrônico de informação, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada eletronicamente pelas partes e *disponibilizada no processo administrativo para acesso aos demais órgãos participantes (se houver)*.

Eunápolis/Ba

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

12. ANEXO

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Portaria nº 1.571 de 26 de março de 2024

FABIANA ZANELATO BERTOLDE

Autoridade competente